



Estado do Ceará  
**Câmara Municipal de Cedro**

**INDICAÇÃO Nº 010/2025, DE 14 DE ABRIL DE 2025.**

Indico ao Prefeito Municipal que avalie a conveniência jurídica para que seja enviado a esta Casa Legislativa um Projeto de Lei alterando os art. 1º e 3º da Lei Nº 550/2018, passando a ter as seguintes redações:

**Art. 1.** Onde diz: "servidora pública" para "servidor público" visto que o gênero servidor generalizaria os funcionários de ambos os sexos e que também tem pais que cuidam de filhos especiais sozinhos.

**Art. 3.** Para que seja feita a avaliação anual somente nos casos em que a deficiência física ou mental seja de caráter temporário. Nos casos de autismo por exemplo onde não há cura seja dispensado essa renovação anual.

**JUSTIFICATIVA**

O afastamento de servidores públicos municipais que tenham filhos com algum tipo de deficiência é uma medida que visa garantir o direito à assistência e ao cuidado necessário para essas famílias. Essa legislação pode proporcionar aos servidores a possibilidade de se afastar de suas atividades laborais para dedicar-se ao cuidado de seus filhos, sem prejuízo de seus direitos.

**SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CEDRO,  
EM 14 DE ABRIL DE 2025.**

**LUIZ EDUARDO PEREIRA DE MORAIS  
(DUDU DE CHICO MORAIS)  
VEREADOR – REPUBLICANOS**

PROTÓCOLO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CEDRO  
14/04/2025